Procurador propõe administração conjunta

Ivone P. Motta
de Palmas
Especial

O procurador-chefe da República no Tocantins, Mário Lúcio Avelar está propondo ao Ibama e a Funai a realização de uma administração conjunta no Parque Nacional do Araguaia (PNA), embora ele próprio reconheça que esta conciliação seja muito difícil. Avelar diz que é preciso reconhecer direitos e a área do PNA está identificada, por meio de laudo antropológico, como terra indígena.

O Ibama fez um contraditório sobre esse laudo, mas a Funai rejeitou esse recursos. A situação está nas mãos do ministro da Justiça, José Gregori para decisão. O procurador lembra que a cultura, a tradição e os costumes são fatores que impossibilitam a remoção de uma comunidade indígena.

Autosustentação

Mário Lúcio defende a gestão compartilhada por entender que na Ilha do Bananal há interesses indígenas e a necessidade de preservação ambiental, pois trata-se de um ecossistema único que precisa ser conservado. Para evitar a depredação daquele meio ambiente, sobretudo por intermédio da caça e da pesca predatórias.

Avelar diz que é preciso desenvolver projetos de auto-

sustentação da comunidade indígena, para que elas tenham a sobrevivência garantida.

Cacique

O cacique da aldeia Boto Velho, Miguel Waotia Karaja, considera impossível a convivência entre índios e os fiscais do Ibama dentro da Ilha do Bananal. Ele defende a incorporação do Parque Nacional do Araguaia a área indígena e explica que os conflitos se acirram quando fiscais do Ibama, lotados no posto de fiscalização de Barreira da Cruz, uma das entradas da ilha próximo à Lagoa da Confusão, começaram a impedir a entrada de medicamentos e material para construção de uma escola, além de tentar intimidá-los a caçar e pescar. Há cerca de cinco semanas a comunidade indígena convocou uma reunião na própria aldeia e comunicou que a partir daquela data não aceitariam mais a presença dos fiscais na ilha.

O cacique se diz contrário à presença de gado de fazendeiros da região na Ilha do Bananal, como ocorre há pelo menos 50 anos. Segundo ele, não há intenção de se trabalhar com pesca, mas sim em desenvolver projetos sustentáveis, como o ecoturismo. Apesar do esforço do Ministério Público Federal (MPF) para retirar o gado daquela uni-

dade de conservação, por meio de ações judiciais, estima-se que existem pelo menos

170 fazendeiros engordando seu rebanho no lado do Parque Indígena. O MPF também

vem agindo com rigor no combate ao tráfico de peixe, uma constante na região.